

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Técnicas, Bases de Dados
e Estatística Aplicadas aos
Estudos Rurais**

VOLUME 2

**Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Marcelo Antonio Conterato
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

Técnicas, Bases de Dados
e Estatística Aplicadas aos
Estudos Rurais

VOLUME 2

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Marcelo Antonio Conterato
Sergio Schneider

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2015

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: técnicas, base de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais – volume 2 / Organizadores Guilherme F. W. Rodomsky, Marcelo Antonio Conterato [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
344 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento Rural – Pesquisa - Técnicas de investigação. 3. Pesquisas socioeconômicas – Amostragem. 4. Censo Agropecuário – 2006. 5. Avaliação – Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 6. Estatística – Investigação rural. 7. Técnicas de investigação – Análise de Resultados. I. Rodomsky, Guilherme Francisco Waterloo. II. Conterato, Marcelo Antonio. III. Schneider, Sergio. IV. Série.

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0266-8

Indicadores sociais e desenvolvimento: interpretações a partir do índice de condições de vida (ICV)

Paulo Waquil
Anelise Graciele Rambo
Marcelo Antônio Conterato
Sergio Schneider

Introdução

Indicadores que se propõem a fazer uma avaliação da condição, nível ou qualidade de vida dos indivíduos é um assunto relativamente recente na literatura. Na medida em que se dissemina a ideia de que a simples produção de riquezas – expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB) de países ou pela renda *per capita* individual – é pouco representativa do desenvolvimento, frente à ampliação do descompasso entre crescimento econômico e melhorias das condições de vida, vêm se disseminando o uso de indicadores sociais que expressam diferentes dimensões do desenvolvimento. Dessa forma, cada vez mais, ouve-se falar em indicadores sociais como, por exemplo, o Coeficiente de Mortalidade Infantil, a Taxa de Analfabetismo, a Expectativa de Vida ao Nascer.

Com base nisso, o presente capítulo apresenta a proposta do Índice de Condições de Vida (ICV) aplicado a territórios rurais, um indicador que

possibilita apreender e acompanhar a evolução das condições de vida das famílias residentes no meio rural. O índice apresentado neste capítulo é pautado em dados primários, coletados por meio de entrevistas em domicílios rurais. O foco do instrumento está na percepção que os indivíduos têm sobre suas condições de vida. Os dados são coletados nos domicílios rurais por meio de um questionário fechado, o qual abarca indicadores multidimensionais, sendo estes econômicos, socioculturais, político-institucionais e ambientais. O ICV pode ser expresso graficamente em um gráfico em radar denominado biograma, possibilitando assim melhor compreensão do fenômeno observado.

A construção do ICV tem por base a concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (1999), a qual remete a um processo de alargamento das liberdades individuais. Para tal, a proposta vale-se da abordagem das capacitações, a qual propõe avaliar a capacidade de realização de ações e alcance de estados considerados desejáveis. Nesse sentido, a capacidade de escolha estaria ligada à qualidade de vida das pessoas. Para operacionalizar a proposição teórica de Sen em um Índice, relacionou-se sua abordagem à perspectiva apontada por Kageyama (2008), como será detalhado na sequência. Desta forma, estruturou-se o questionário em três seções – ou instâncias: a primeira se refere aos *condicionantes do desenvolvimento rural*, na qual se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural. Esta instância refere-se aos intitamentos nas análises de Sen. A segunda instância busca identificar possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento e representa, portanto, as *características do desenvolvimento rural*, ou, os elementos de conversão dos meios em fins. A terceira dimensão pressupõe os *efeitos dos processos de desenvolvimento*, admitindo que as características junto à base territorial diversa – juntos aos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos, o que em Sen refere-se às capacitações e funcionamentos.

É com base neste arcabouço teórico-metodológico que o ICV propõe captar o desenvolvimento em seus aspectos multidimensionais. Este esforço é realizado em função das críticas à insuficiência das análises unidimensionais, nas quais o desenvolvimento seria simplesmente captado por incrementos na produção e repartição da riqueza produzida.

Sendo assim, além desta introdução, este capítulo é formado por cinco seções. Na segunda são apresentados elementos técnicos e metodológicos para a elaboração de indicadores sociais e exemplos de indicadores de apreensão da qualidade de vida. Na terceira seção tratar-se-á do referencial teórico-metodológico que embasa a proposta do ICV. Na sequência, serão expostos os resultados referentes ao ICV no território rural Zona Sul do estado do Rio

Grande do Sul. Por fim, são apresentadas as considerações finais abordando potencialidades e limitantes dos indicadores sociais e as referências.

Indicadores sociais: como e com qual finalidade construí-los?

Um indicador social é uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico-acadêmico ou programático no intuito de orientar políticas públicas. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre suas mudanças. Os indicadores podem se referir à totalidade da população ou a grupos sociodemográficos específicos, dependendo do objetivo de cada um. São expressos por taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes ou cifras absolutas (Januzzi, 2012). Para este trabalho, é válido lembrar que um índice é um número que sintetiza um determinado conjunto de informações (que pode incluir diversos indicadores). Os indicadores, por sua vez, são números que estão indicando o comportamento de determinada variável (ou variáveis), ou seja, eles dão uma informação mais apurada do que a variável pura (Mattos, 2007).

Partindo de trabalhos que se limitavam a uma única dimensão – inicialmente a monetária, passando a incorporar o social – os indicadores passam, cada vez mais, a considerar um número maior de dimensões, reconhecendo a complexidade inerente à realidade social. Como um contraponto ao PIB *per capita*, cada vez menos apropriado para mensurar o bem-estar social e orientar o planejamento público, foi criado em 1990, por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Reúne três dimensões básicas: renda, educação e saúde (PNUD, 2012).

Porém, apesar de ser um indicador mundialmente conhecido e utilizado, e além de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os seus aspectos. Seja pela sua unidade de análise, metodologia de agregação ou pelas variáveis que o compõe o IDH é criticado como qualquer outro indicador para avaliar a condição de vida das pessoas. Ademais, vale ressaltar que o referido índice, primeiramente, foi calculado apenas para comparações entre países – sendo posteriormente adaptado para análises estaduais e municipais. Entretanto, não serve para comparações interpessoais ou interfamiliares (Mattos, 2007).

Frente à identificação das limitações apresentadas pelo IDH, surgem indicadores alternativos que tentam suprir necessidades específicas e se adequar a realidades e escalas até então não pouco conhecidas, como é o caso da proposta do Índice de Condições de Vida (ICV) aplicado aos territórios rurais, foco central deste capítulo, e que será apresentado na seção seguinte.

Com relação aos índices que sucedem o IDH, cabe ressaltar a ampliação do número de dimensões que levam em consideração. A questão da multidimensionalidade na análise de bem-estar surge com bastante força nos anos 1990 e tem espaço de destaque na agenda de pesquisa nos anos 2000 (Mattos, 2007).

No que se refere à multidimensionalidade, Sepúlveda *et al.* (2003, p. 89) afirmam que o desenvolvimento sustentável exige, necessariamente, que se considere a multidimensionalidade inerente a todo território, pois neste se encontram articuladas, ao mesmo nível (1) a dimensão econômica, que dá origem ao elemento da competitividade; (b) a dimensão social, que dá origem ao elemento equidade; (c) a dimensão ambiental, que dá origem ao conceito de administração e gestão dos recursos naturais; (d) a dimensão político-institucional, que dá origem ao elemento da governabilidade democrática; e, finalmente, (e) a vinculação entre as dimensões anteriores.

Neste sentido, pode-se citar o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). O IDESE é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do RS. Este Índice é o resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2012).

Outros importantes exemplos de indicadores multidimensionais de apreensão de condições de vida se referem ao Índice de Sustentabilidade Urbana, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR). Este é composto por quatro índices, cada um contendo um determinado conjunto de variáveis: (i) Índice de Qualidade do Sistema Ambiental: qualidade da água; (ii) Índice de Qualidade de Vida: qualidade da habitação, conforto ambiental, condições de vida, renda; (iii) Índice de Redução de Pressão Antrópica: redução da pressão urbana, redução da pressão industrial, redução da pressão agropecuária e silvicultura; (iv) Índice de Capacidade Político-Institucional: autonomia político-administrativa,

políticas públicas ambientais, gestão ambiental industrial, intervenção da sociedade civil (Mattos, 2007). Além deste, o Índice de Condição de Vida desenvolvido pela prefeitura municipal de Campinas (2001) é outro exemplo desta multidimensionalidade. Aplicado para identificar diferenciais nos níveis de condições de vida e saúde nas áreas de abrangência pelos Centros de Saúde daquele município, este índice articula informações como idade, instrução, habitação, mortalidade, violência e saúde. Ambos os índices efetuam a agregação dos dados ou por médias simples entre as dimensões, ou por agregações ponderadas por níveis hierárquicos, ou seja, a importância relativa de cada dimensão sobre o indicador final retrata o seu real peso (Mattos, 2007).

Outro trabalho importante refere-se ao da Fundação João Pinheiro em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denominado Índice de Condição de Vida (ICV). Este trata da construção dos indicadores e índices publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1998. Foi desenvolvido juntamente com a proposta do IDH-Municipal. A diferença entre eles está no fato do primeiro ter um número maior de dimensões. Este considera cinco dimensões diferentes: renda, educação, infância, habitação e longevidade. Já o IDH-Municipal trabalha apenas com renda, educação e longevidade. Cada dimensão tem o mesmo peso na composição do índice final. Entretanto, os indicadores que compõe cada dimensão têm um peso diferenciado, de acordo com a importância atribuída a cada um (Mattos, 2007).

Além dos já mencionados, é possível elencar ainda, enquanto indicadores de qualidade de vida, o Atlas da Exclusão Social, Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), Índice de Qualidade de Vida da Universidade Federal Fluminense (IQV-UFF), Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH), Índice Municipal do Instituto Polis, World Health Organization Quality of Life (WHOQOL₁₀₀ e WHOQOL_{Bref}). Enquanto indicadores de nível de vida, cita-se o Índice de Pobreza Humana Municipal (IPH-M) e o Índice de Nível de Vida (INIVI).¹ Explica Santos (2007) que, de modo geral, enquanto a qualidade de vida remete a uma avaliação mais subjetiva, o nível de vida remete a uma perspectiva mais objetiva ou quantitativa.

Importa mencionar que a definição dos indicadores e de suas dimensões está fortemente relacionada com os objetivos buscados por quem calcula os índices. Da mesma forma, o peso atribuído a cada indicador e dimensão, ou se contribui positiva ou negativamente para o índice, é definido a partir das diferentes teorias sociais que embasam os índices.

¹ A esse respeito ver Santos (2007).

De modo geral, os indicadores sociais tem a finalidade de subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Possibilitam o monitoramento das condições de vida e do bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil, permitindo aprofundamentos das investigações acadêmicas sobre mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (Januzzi, 2012). Esta é, inclusive, a finalidade do Índice de Condições de Vida aplicado a territórios rurais no Brasil, como será apresentado a seguir.

O Índice de Condições de Vida (ICV) enquanto indicador multidimensional de desenvolvimento territorial

Tal como mencionado na seção anterior, o Índice de Condições de Vida (ICV) é um indicador social que tem a finalidade de subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas públicas no que se refere ao desenvolvimento rural sustentável em territórios rurais do Brasil. Porém, o ICV tem um diferencial em relação aos apresentados até o momento: é pautado em dados primários e não secundários.

Como já apresentado em outro trabalho (Schneider *et al.*, 2010), a abordagem territorial do desenvolvimento surge para superar o enfoque setorial das atividades econômicas, amenizar a dicotomia espacial entre rural e urbano e reconhecer o protagonismo dos atores emergentes da sociedade civil. Propõe valorizar a diversidade de ações, estratégias e trajetórias dos atores. A multidimensionalidade é importante nas análises territoriais, uma vez que permite entender a diversidade e heterogeneidade dos espaços rurais, produzida e consumida por múltiplos atores. De mesma forma, é necessário considerar que o desenvolvimento rural é tributário da diversidade de experiências, de mecanismos de cooperação e de acesso a mercados e, conseqüentemente, requer um estudo sobre suas múltiplas dimensões que o constituem e conformam (Sepúlveda, 2008).

Na perspectiva exposta está sustentado o Índice de Condições de Vida (ICV), uma demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a finalidade de acompanhar a evolução e a concretização das condições objetivas de autonomia e autogestão dos territórios rurais (Waquil *et al.*, 2007).

Este Índice, elaborado por uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com contribuições da pesquisadora

Ângela A. Kageyama, sucede uma primeira experiência da equipe do PGDR com o projeto de validação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e sua representação gráfica na forma de um biograma, conforme sugerido em Sepúlveda (2008). O IDS, calculado com base em dados secundários, leva em consideração seis dimensões dos processos de desenvolvimento: social, demográfica, político-institucional, econômica, ambiental e cultural e representa um instrumento de análise comparativa dos processos de desenvolvimento territorial (Waquil *et al.*, 2010).

Contudo, o IDS apresenta uma limitação, tal como o próprio IDH, qual seja, depende da disponibilidade e da atualização dos dados secundários utilizados, a qual não necessariamente ocorre com a periodicidade necessária para o acompanhamento dos processos de desenvolvimento nos territórios. Diante disso, e na perspectiva de acompanhar mais diretamente as condições de vida nos territórios rurais – com base na percepção dos indivíduos – é demandado um indicador social capaz de representar as mudanças percebidas pelo público-alvo das ações implementadas nos territórios.

Assim sendo, o ICV – que também é um instrumento de análise comparativa – é baseado em dados primários, coletados por amostragem através de questionários aplicados em domicílios rurais e permite a disponibilidade e atualização das informações com a frequência desejada. O índice preza pela apreensão das características de multidimensionalidade do desenvolvimento, considerando a dimensão econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental.

O questionário para o levantamento das informações multidimensionais é de simples operacionalização e de fácil compreensão. As respostas do questionário são claramente subjetivas, expressando as percepções dos indivíduos ou das famílias sobre cada indicador utilizado. Por isso, não há perguntas de caráter quantitativo, mas qualitativo. Por exemplo, em vez de se perguntar o valor da renda familiar, pergunta-se se a renda é suficiente para viver. Ao invés de questionar qual a produtividade da terra pergunta-se se a produtividade está adequada.

Sendo assim, pode-se sintetizar algumas vantagens deste indicador social em relação a outros amplamente reconhecidos: o fato de ser pautado em dados primários, o que possibilita a atualização das informações com a frequência desejada, permitindo a comparação entre diferentes recortes espaciais e diferentes momentos no tempo. Além disso, é possível “dar voz” aos atores sociais foco das ações de desenvolvimento, identificando sua percepção acerca do desenvolvimento, captando uma dimensão raramente apreendida e expressa nos demais indicadores, a exemplo do IDH e IDESE.

O instrumento de coleta de dados envolve um número relativamente pequeno de questões. Totaliza 24 perguntas e seu tempo de aplicação raramente ultrapassa os 15 minutos. As percepções dos entrevistados são mensuradas em escalas de 1 a 5 com valores indo da pior para a melhor percepção.

Além da multidimensionalidade, como já mencionado acima, a proposta do ICV é baseada em três instâncias (Kageyama, 2008). A primeira se refere aos condicionantes do desenvolvimento rural, na qual se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural. A segunda busca identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento e representa, portanto, as características do desenvolvimento rural. A terceira dimensão pressupõe os efeitos dos processos de desenvolvimento, admitindo que as características junto à base territorial diversa – ou seja, juntos aos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos. A seguir, podem ser observadas as instâncias e indicadores do ICV.

QUADRO 1
Instâncias e indicadores das condições de vida das famílias rurais

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento	1. Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	2. Área da unidade de produção familiar
	3. Escolaridade
	4. Condições da moradia
	5. Acesso a mercados
	6. Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)
	7. Acesso a crédito e assistência técnica
	8. Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento	9. Renda familiar
	10. Produtividade do trabalho
	11. Produtividade da terra
	12. Diversificação da produção agrícola
	13. Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar
	14. Uso e preservação dos recursos naturais: água
	15. Uso e preservação dos recursos naturais: solo
	16. Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa

Efeitos do desenvolvimento	17. Estar bem alimentado / nutrido
	18. Ter boa saúde
	19. Permanência dos membros da família da unidade de produção
	20. Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	21. Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade
	22. Participação social (cooperativas, associações)
	23. Participação política (eleições, conselhos, assembleias)
	24. Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)

Fonte: SGE, Sistema de Gestão Estratégica. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>

O Índice varia de 0 (pior condições de vida) a 1 (melhor condição de vida) e é resultado da média aritmética de suas instâncias. Cada instância também é resultado da média aritmética de seus indicadores. Vale mencionar que antes do cálculo das médias, as escalas das respostas que vão de 1 a 5 tem seu valor reescalado de 0 a 1, de modo a possibilitar a construção do índice.

Estas instâncias estão pautadas na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (1999), qual seja, um processo que consiste na remoção das restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, um processo de alargamento das liberdades (Sen, 1999). Sendo assim, as instâncias acima relacionadas aproximam-se da abordagem das *capabilities* (capacitações), a qual propõe avaliar a capacidade – ou melhor, a liberdade – de escolha dos indivíduos, de realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis. Nesse sentido, a capacidade de escolha estaria ligada à qualidade de vida das pessoas.

Como já mencionado, até a contribuição de Sen e a formulação do IDH, as perspectivas teóricas existentes consideravam que a medida do desenvolvimento de determinado país ou região resumia-se exclusivamente a indicadores econômicos. A pergunta principal, e que perpassa toda a sua obra, é: qual é a validade de um modelo de desenvolvimento, baseado na riqueza econômica, que não se reflete nas condições objetivas de vida das populações?

O que propõe, então, é um modelo que possibilite aos indivíduos terem acesso ao tipo de vida que gostariam de ter. Ao relacionar bem-estar e desenvolvimento, Sen afirma que o “[...] padrão ou a qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade” (Kageyama, 2008, p. 54). Para tal, torna-se importante, segundo Sen, distinguir o que seria um meio e um fim nos processos

de desenvolvimento. Para o autor, isto é fundamental para evitar confusões entre crescimento e desenvolvimento. Nessa concepção, a renda, por exemplo, embora necessária ao desenvolvimento, é um meio e não um fim. Ademais, o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada, e não apenas do seu nível (Kageyama, 2008).

Para fazer esta distinção entre meios e fins, Sen operacionaliza sua proposta com base nos conceitos de *entitlements* (intitulentamentos) e *functionings* (funcionamentos). Os intitulentamentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Os alimentos, por exemplo, seriam os mais básicos. Os intitulentamentos representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (Kageyama, 2008; Waquil, *et al.*, 2007).

Os funcionamentos “refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer” (Sen, 2001, p. 52). Os funcionamentos por sua vez, remetem às realizações, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Kageyama (2008) reforça que, apesar de serem aspectos importantes da existência humana, a opulência e a utilidade não conseguem representar adequadamente o bem-estar humano. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*). As capacitações residem, portanto, nas “combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para o sujeito” (Sen, 2001, p. 52). Ou seja, a capacitação é a liberdade de levar o tipo de vida que se deseja. O desenvolvimento é medido então, pelo conjunto das capacitações dos integrantes de determina população, refletindo a liberdade para levar determinado tipo de vida ou outro (Sen, 2001).

Como base no mencionado, a relação entre as instâncias apontadas por Kageyama (2008) e a abordagem de Sen (1999, 2001) pode ser compreendida da seguinte forma: a primeira instância, que se refere aos fatores que condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas. Enfim, esta primeira instância está ligada aos intitulentamentos. Já a segunda instância, que se refere às características do desenvolvimento, pode ser relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins, dos intitulentamentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância, correspondente aos efeitos econômicos e sociais (sendo possível incluir outras dimensões, como política, cultural e ambiental), está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias (Waquil *et al.*, 2007), tal como é apontado na Figura 1, a seguir.



Figura 1 – Relação entre fatores, características e efeitos e a abordagem das capacitações

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além do questionamento das variáveis econômicas e da importância exclusiva da riqueza financeira para se alcançar o que uma população necessita, outra dimensão destaca-se na perspectiva de Amartya Sen, tornando-a inovadora: a defesa de que a liberdade se configura na capacidade dos sujeitos/agentes de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Os indivíduos e grupos, suas vivências, valores e percepções entram em cena, ocupando um papel central. A definição do que é necessário para que uma população desfrute de boas condições objetivas de vida deverá partir de seus integrantes. Seriam os próprios indivíduos, vistos como agentes ou atores, os responsáveis por definir os termos daquilo que as políticas governamentais devem buscar efetivar. Dessa forma, torna-se possível apreender o desenvolvimento a partir da dimensão de quem nele está imerso, sentindo seus efeitos, que, no caso do ICV, remete à população rural. Esta é uma inovação proposta pelo ICV, com base nos referenciais de Sen.

○ ICV no território rural Zona Sul do Rio Grande do Sul

No território rural da Zona Sul (TRZS) do estado do Rio Grande do Sul, os questionários do ICV foram aplicados entre os meses de outubro e dezembro de 2010. Do total de 25 municípios que constituem o território, as entrevistas foram realizadas com 280 famílias em 10 setores censitários de 9 municípios. Foram eles: Aceguá, Canguçu, Cerrito, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul. Tanto os municípios quanto os setores censitários e as famílias entrevistadas foram selecionadas por amostra aleatória, permitindo a representatividade territorial. Importa destacar que o ICV foi aplicado em 37 territórios rurais que fazem parte do Programa Territórios da Cidadania, por 27 Universidades Federais.²

² A aplicação do ICV faz parte de um rol de atividades de pesquisa e extensão que compõem 37 projetos aprovados pelo edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais nº 05/2009,

A seguir é possível observar a representação gráfica (biograma) do ICV do TRZS do RS.

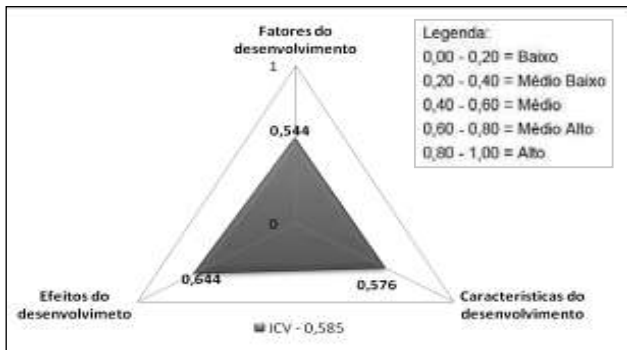


Figura 2 – Biograma representativo do ICV do TRZS do RS
Fonte: SGE/CAI TRZS do RS.

Como se pode observar, o ICV com índice de 0,585, corresponde a um nível médio de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60.

Além do Índice em si, é importante ressaltar que quanto maior a área do biograma e maior o equilíbrio entre as instâncias, maior tende a ser a qualidade e vida. É interessante observar que houve uma variação entre os índices de cada instância, tal como consta de forma mais detalhada na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1
ICV e suas instâncias

Índice de Condições de Vida (ICV)	0.585	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0.544	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0.576	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0.644	Médio Alto

Fonte: SGE/CAI Território TRZS do RS

cujo objetivo é a implantação do processo de avaliação e acompanhamento do Sistema de Gestão Estratégica do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da SDT/MDA.

A percepção dos entrevistados acerca dos efeitos – ou dos funcionamentos e capacitações – são melhores (0,644) em relação tanto às características – ou elementos de conversão – (0,576) quanto aos fatores – intitamentos (0,544). Isso indica, *a priori*, que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento no sentido de que a existência de ativos e capitais aliados às liberdades individuais se traduz em mudanças significativas na percepção das condições de vida, embora esta percepção seja algo que varia substancialmente entre os indivíduos ou famílias.

Também é interessante observar a dinâmica dos indicadores de cada instância. Quanto aos fatores, embora esta tenha sido a instância com pior índice, foi a que mostrou maior equilíbrio entre as dimensões em relação às condições e aos efeitos de desenvolvimento.

Quanto aos indicadores referentes aos fatores, 5 deles estavam abaixo do ICV e outros 5 acima,³ conforme consta no biograma (Figura 2):



Figura 3 – Fatores do Desenvolvimento do TRZS do RS

Fonte: SGE/CAI TRZS do RS.

O indicador que atingiu melhor índice diz respeito às condições de moradia (0,638), seguido da escolaridade (0,618). Quanto ao segundo, é importante destacar que os indivíduos, de modo geral, justificavam sua resposta com afirmações do tipo: “para o que fazemos aqui, o que estudamos, está bom”. Ou seja, mesmo que o grau de escolaridade de grande parte dos

³ É necessário destacar que no Quadro 1 constam 8 indicadores em cada instância, enquanto no biograma das características há 10. Isso decorre de adequações realizadas pela SDT/MDA, desmembrando o indicador (a) mão de obra e (b) acesso à crédito e assistência técnica.

indivíduos seja o ensino fundamental incompleto (que atualmente corresponde a menos de 9 anos de escolaridade), estes o consideraram suficiente para o trabalho rural. Paradoxalmente, as famílias incentivam seus filhos a concluir a educação básica e inclusive o ensino superior, não raro, visando o mercado de trabalho urbano. *A priori*, o resultado das condições de moradia pode ser atribuído a programas habitacionais rurais e a programas de expansão da energia elétrica.

Já os indicadores com piores resultados na referida instância referem-se às condições de acesso a programas de governo (0,422) – sendo este o pior índice de todos os indicadores que compõem o ICV; seguido das condições de acesso a crédito (0,439) e acesso à assistência técnica (0,461). Torna-se pertinente destacar que as críticas dos entrevistados não são necessariamente às políticas, ao crédito e à assistência em si, mas, sobretudo, às dificuldades em acessá-las.

Quanto à segunda instância – as características ou elementos de conversão – das 8 dimensões, 3 estão acima da média do ICV e 5 abaixo. A dimensão mais elevada refere-se à preservação da vegetação nativa (0,734). Neste caso, observa-se uma realidade paradoxal. Enquanto os indivíduos percebem a preservação num nível médio alto, a paisagem observada, em geral, destoa desta percepção. Por exemplo, raramente visualiza-se mata ciliar adequada aos parâmetros do Código Florestal Brasileiro no que se refere às áreas de preservação permanente ou reservas legais. Neste sentido, cabe a pergunta: porque a percepção dos entrevistados destoa dos parâmetros legais estabelecidos pelo Código Florestal? Análises acerca desta questão podem orientar, por exemplo, tanto a formulação de políticas ambientais.

Ao indicador anterior apresentado segue a conservação das fontes de água (0,662) e conservação do solo (0,612). Já o pior indicador refere-se à diversificação das fontes de renda (0,453) atingindo um índice médio. Vale a pena ressaltar que a diversificação da produção, mesmo que também situada no estrato médio, chega a 0,502. A seguir visualiza-se o biograma relativo às características do desenvolvimento.

Por fim, quanto aos efeitos, embora tenha sido a instância com maior média, também foi a que apresentou maior desequilíbrio entre os indicadores. O melhor índice desta instância diz respeito à permanência dos familiares no domicílio (0,876), sendo o mais alto que compõe o ICV. O que se pôde observar a campo, foi uma presença significativa de aposentados rurais, uma presença considerável de rendas não agrícolas,⁴ bem como a ausência e saída

⁴ Estas características por vezes, impossibilitavam o enquadramento das famílias enquanto agricultores familiares frente aos critérios da lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a Política

de jovens do campo. Os entrevistados, em certa medida, parecem conceber a saída dos filhos em função do estudo, do casamento ou mesmo de um emprego nos centros urbanos como algo naturalizado, não percebendo essas práticas enquanto manifestações da necessidade de saída de integrantes das famílias na busca de qualificação (estudo) ou inserção no mercado de trabalho urbano. Nestes casos, mesmo que boa parte dos integrantes da família tenha migrado, por alguma razão, isso não é percebido enquanto abandono da família ou mesmo do meio rural.



Figura 4 – Características do Desenvolvimento do TRZS do RS
Fonte: SGE/CAI TRZS do RS.

O segundo índice mais elevado desta instância refere-se às condições de alimentação e nutrição (0,748) que, tal como o anterior, pode ser classificado como médio alto. Já o índice mais baixo é representado pela participação em atividades culturais (0,492). Este somente não foi mais baixo porque alguns entrevistados não percebem como um problema o fato de não terem acesso a atividades culturais, conforme aponta o biograma a seguir.

Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A esse respeito ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.

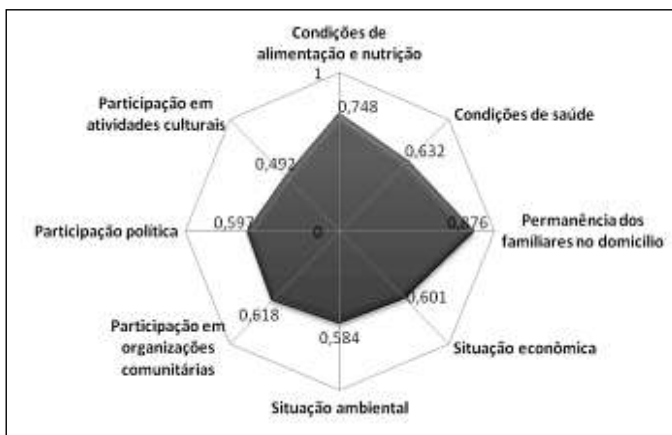


Figura 5 – Efeitos do Desenvolvimento do TRZS do RS.

Fonte: SGE/CAI TRZS do RS.

Considerações Finais

Conforme já atestado em outros trabalhos (Rambo *et al.*, 2011, 2012a e 2012b), buscou-se demonstrar a contribuição do ICV para a apreensão de questões que muitas vezes passam despercebidas às discussões e mesmo às ações e políticas de desenvolvimento rural. Mesmo índices como o IDH, por serem pautados em dados secundários, não apreendem como as pessoas percebem os fatores, as características e os efeitos do desenvolvimento. Reconhecer o que as pessoas pensam de suas condições de vida, parece fundamental, entre outros, para os formuladores de políticas públicas.

Como acima mencionado, o ICV é uma metodologia que permite a comparação. Ou seja, o ICV de um determinado ponto no tempo, representa a situação, – ou a “fotografia” – das condições de vida, que pode ser comparada a outra “fotografia” de um ponto no tempo posterior. Ou ainda, é possível comparar fotografias de diferentes regiões e territórios.

A possibilidade de comparar as condições de vida de momentos distintos, podendo-se observar sua dinâmica, a partir da percepção das pessoas, mostra-se como uma vantagem do ICV em relação a grande parte dos indicadores sociais. A comparação permite verificar, por exemplo, o impacto de ações públicas desencadeadas em prol do desenvolvimento rural em determinado espaço, ou entre espaços distintos. Neste caso, torna-se possível verificar, por exemplo, especificidades locais que interferem positiva ou negativamente o desenvolvi-

mento. De posse destas informações, torna-se possível orientar e reorientar a intervenção sobre a realidade.

Uma das fortalezas da abordagem de Amartya Sen decorre do fato de tomar por base o indivíduo e suas liberdades. A partir desta perspectiva, o ICV procura captar a liberdade das pessoas levarem a vida que desejam por meio da percepção que estas têm de suas condições de vidas. As percepções e as representações sociais que os indivíduos fazem da realidade vivenciada orientam, em diferentes graus, suas condutas e ações (Jodelet, 1984). Por isso a importância de considerar as percepções no que se refere às ações e políticas de desenvolvimento, não isoladamente, mas em conjunto com outros indicadores sociais. Por outro lado, a percepção também apresenta limitações, uma vez que indicadores baseados nela mostram, de maneira geral, uma tendência à média em seus resultados.

Por outro lado, vale ressaltar que, baseado em dados primários, o ICV também permite a repetição de sua aplicação e obtenção de resultados na frequência que se deseja. O mesmo não ocorre com indicadores construídos a partir de dados secundários, uma vez que estes dependem da atualização das bases de dados.

Os resultados da primeira aplicação do instrumento do ICV já demonstram que esta metodologia, ao representar uma fotografia do território, revela uma diversidade de situações – apreendidas pela percepção e pelo caráter multidimensional – que merecem ser investigadas em trabalhos e pesquisas acadêmicas. Ou seja, se o ICV gera uma fotografia de determinado território, cabe compreender o que levou esta fotografia a se configurar de tal forma. Os resultados do ICV representam assim, um ponto de partida para investigações acadêmico-científicas que buscam explicações para a complexidade e diversidade das realidades territoriais rurais.

Enfim, frente a um contexto de ampla retomada organizacional da sociedade civil, frente ao reconhecimento político e institucional desta retomada, mediante a difusão da concepção de que questões econômicas e técnico-produtivas são meios e não fins do desenvolvimento, considera-se que o ICV contribui para a compreensão das dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. Corroborar para isso o fato do ICV representar as condições de vida a partir da percepção dos indivíduos ou famílias.

Referências

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – *Idese*. 2012. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=448>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

JANUZZI, P. de M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2012.

JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984.

KAGEYAMA, Â. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MATTOS, E. J. de. Caracterização do “estado da arte” sobre índices de condições de vida para subsidiar a proposição de um instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa de territórios da cidadania. In: WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. de; SANTOS, A. N. *Proposição do Índice de Condições de Vida*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007. (Relatório de pesquisa).

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é IDH*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 2 dez. 2012.

RAMBO, A. G. *et al.* O desenvolvimento na escala humana: uma análise das condições de vida no território rural da zona sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil a partir da percepção. In: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 7., 2011, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: [s/n], 2011.

_____. O índice de condições de vida (ICV) do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul: primeiras análises. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. *Anais...* Belém: [s/n], 2012a.

_____. Território e desenvolvimento na escala humana: condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul. In: Congresso da Sober, 50., 2012, Vitória. *Anais...* Vitória: [s/n], 2012b.

SANTOS, A. N. dos. Síntese da revisão do “estado da arte” sobre índices de qualidade e níveis de vida e considerações sobre a contribuição para a proposição de um instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa de territórios da cidadania. In: WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. de; SANTOS, A. N. dos. *Proposição do Índice de Condições de Vida*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007. (Relatório de pesquisa).

SCHNEIDER, S. *et al.* Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. *Eutopia*, Ecuador, 1 nov. 2010.

SEN, A. K. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPULVEDA, S. *Gestión de desarrollo sostenible en territorios rurales: métodos para la planificación*. San José: IICA, 2008.

SEPULVEDA, S. *et al.* *El Enfoque Territorial del Desarrollo Rural*. San José: IICA, 2003.

WAQUIL, P. D. A caracterização do “estado da arte” e indicações para o ICV – territórios rurais. In: WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. de; SANTOS, A. N. *Proposição do Índice de Condições de Vida*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007. (Relatório de pesquisa).

WAQUIL, P. *et al.* Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, jan./abr. 2010.